

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**  
**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura**  
**e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a**  
**agricultura**

**Área Temática: Crédito para Agricultura Familiar.**

**Período de Análise: 01/05/2016 a 31/05/2016**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Site Eletrônico da ABAG  
Carta Capital

**Estagiária: Ananda da Silveira**

## Índice

<b>Projetos do PAA beneficiam agricultores do RS e MT.</b> CONAB. 03/05/2016.....	3
<b>Governo Federal anuncia medidas para a agricultura familiar e a reforma agrária.</b> Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 03/05/2016 ....	3
<b>Governo lança Plano Safra da agricultura familiar com aporte de R\$ 30 bilhões.</b> Catarina Alencastro e Júnia Gama - O Globo, Brasil. 03/05/2016.....	5
<b>Plano Safra 2016/2017 terá aumento de crédito para agricultura familiar.</b> Lizely Borges. Site do MST, 04/05/2016. ....	7
<b>Governo mantém juros no plano da agricultura familiar.</b> Cristiano Zaia – Valor Econômico. 04/05/2016.....	10
<b>Governo Federal lança Plano Safra 2016/2017.</b> FETRAF. 04/05/2016.....	11
<b>Adesão ao CAR é necessária, mas ainda não restringe acesso ao crédito rural.</b> Inez De Podestà - MAPA. 05/05/2016. ....	13
<b>Agricultura familiar contará com mais de R\$ 880 milhões até 2019.</b> CONAB. 05/05/2016. ....	14
<b>Crédito Fundiário já representa 5,77% da renda agropecuária de SC.</b> FETRAF. 06/05/2016. ....	15
<b>Bônus da agricultura familiar para o mês de maio já está disponível.</b> CONAB. 10/05/2016. ....	17
<b>Publicadas novas regras para o Pepro.</b> MAPA. 17/05/2016.....	17
Publicada nova norma de operações da Conab para o Pepro. CONAB. 17/05/2016.....	18
<b>Plano Safra da Agricultura Familiar é anunciado com R\$ 30 bilhões e movimentos defendem a democracia.</b> Eduardo Sá. Carta Maior, 19/05/2016.....	19
<b>Beneficiários do Vendas em Balcão serão vistoriados por fiscais da Conab.</b> CONAB. 20/05/2016. ....	24
<b>Agricultura familiar em Itaboraí cresce 600% em três anos.</b> O Globo, Rio. 21/05/2016.....	25
<b>Programa de Vendas em Balcão tem mais 160 mil t de milho liberadas.</b> CONAB. 25/05/2016. ....	27

## **Projetos do PAA beneficiam agricultores do RS e MT. CONAB. 03/05/2016.**

Agricultores familiares do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso irão receber aporte superior a R\$ 1,3 milhão do governo federal. Os projetos de fortalecimento da agricultura familiar foram formalizados nesta terça-feira (3) pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e organizações do setor, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A assinatura ocorreu durante cerimônia de lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/2017, no Palácio do Planalto.

Entre os contemplados está a Associação de Mulheres Cantinho da Amazônia (AMCA). Localizada no município de Juruena, no Mato Grosso, a AMCA contará com R\$ 202,4 mil para formar o estoque de 192,8 toneladas de castanha-do-brasil. O objetivo deste projeto é incentivar e apoiar a agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável da região.

Constituída em 2009, a Associação conta com 26 agricultores, sendo 20 mulheres, e trabalha para viabilizar alternativas para melhoria na renda total da propriedade e aumentar a qualidade de vida, principalmente para trazer incentivo as mulheres. Também tem como meta proteger a Reserva Legal Comunitária do Assentamento, com 7200 hectares de floresta protegida às margens do Rio Juruena.

Já no Rio Grande do Sul, a Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Rita (COOPAN) receberá apoio de R\$ 1,135 milhão para formar estoque de 1,94 mil toneladas de arroz, beneficiando 142 agricultores familiares do município de Santa Rita do Sul. Fundada em 1995, a COOPAN trabalha na produção de alimentos orgânicos com o objetivo de melhorar o nível de vida dos associados e de todas as famílias parceiras.

---

## **Governo Federal anuncia medidas para a agricultura familiar e a reforma agrária. Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 03/05/2016**

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/2017 terá volume recorde de recursos para o setor: R\$ 30 bilhões serão disponibilizados por meio de linhas de financiamento do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) com taxas de juros de 0,5% a 5,5% ao ano. O

lançamento ocorreu nesta terça-feira (3), durante cerimônia no Palácio do Planalto, em Brasília (DF).

No evento, a presidenta Dilma Rousseff anunciou outras medidas que vão beneficiar agricultores familiares, quilombolas, extrativistas e assentados da reforma agrária. "Hoje é um dia importante de consolidação de políticas para o setor, que é vital para a economia brasileira. A agricultura familiar é estratégica para a geração de emprego e renda no campo", destacou.

Entre as iniciativas estão a destinação de mais recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a ampliação do número de agentes financeiros que operam os recursos do Pronaf, a consolidação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) e mudanças no Seguro da Agricultura Familiar para beneficiar produtores afetados pela estiagem.

A produção de alimentos saudáveis será incentivada com recursos do Pronaf, com foco no financiamento de práticas agroecológicas, e com a execução de medidas previstas no 2º Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (2016/2019), instituído por meio de portaria assinada na cerimônia.

#### Reforma agrária

Dilma Rousseff assinou decreto que regulamenta os processos de cadastro e seleção de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), a supervisão ocupacional e a regularização de beneficiários da política e a titulação de parcelas em projetos de assentamento. O decreto será publicado no Diário Oficial da União e atualiza as regras da política de reforma agrária.

A presidenta ressaltou a importância da norma que regulamenta procedimentos da política e estabelece critérios para ingresso, permanência e emancipação dos agricultores assentados. "O decreto assegura mais transparência e consolida regras para a política de reforma agrária", enfatizou.

Outra medida foi a assinatura de portaria interministerial firmada pelos ministros do Desenvolvimento Agrário e da Justiça, que normatiza a destinação de imóveis rurais confiscados em decorrência da produção de drogas ou adquiridos com recursos ilícitos do tráfico de entorpecentes para o assentamento de trabalhadores rurais sem-terra.

A permanência dos jovens no campo será apoiada com as ações previstas no 1º Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural (2016-2019), cujo decreto de instituição também foi firmado durante o evento. O Incra contribuirá com o plano destinando aos jovens até 30% dos lotes dos novos assentamentos criados.

Para as mulheres assentadas foi anunciado investimento de R\$ 300 milhões do Programa de Crédito Instalação do Incra para 100 mil beneficiárias investirem em atividades produtivas exclusivas para as agricultoras. Os recursos da modalidade Fomento Mulher vão estimular a inclusão social e produtiva das agricultoras assentadas.

De acordo com a presidente do Incra, Maria Lúcia de Oliveira Falcón, que participou da cerimônia, mais políticas públicas têm chegado ao campo, beneficiando milhares de agricultores familiares. Para ela, o setor é fundamental para superar a pobreza no meio rural e garantir segurança alimentar para o campo e a cidade. “O plano safra consolida conquistas e ainda incentiva a produção de alimentos saudáveis.”

Pronera

Durante o evento, Dilma Rousseff salientou a contribuição do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) - que completou 18 anos em abril deste ano - para o desenvolvimento dos agricultores assentados. “O Pronera já formou mais de 180 mil alunos dos assentamentos, contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar.”

Em homenagem aos alunos formados em cursos do programa, a presidenta da República entregou certificado comemorativo dos 18 anos do Pronera para a assentada Deusamar Sales Matos, do projeto Palmares, localizado no município de Parauapebas (PA).

Deusamar Matos estudou em cursos do programa: Educação de Jovens e Adultos (EJA), graduação em Pedagogia da Terra e especialização em Educação de Jovens e Adultos. Os cursos foram viabilizados pelo Pronera em parcerias com as universidades federais do Pará e de Santa Catarina. Hoje, ela é assentada, professora e diretora da Escola Rural de Educação Infantil Sallete Moreno, no mesmo assentamento onde fica seu lote.

---

**Governo lança Plano Safra da agricultura familiar com aporte de R\$ 30 bilhões.  
Catarina Alencastro e Júnia Gama - O Globo, Brasil. 03/05/2016**

*Ministro Patrus Ananias condena ‘golpe’ e reclama das oligarquias em evento*

BRASÍLIA - No ato de lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar no Palácio do Planalto o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, anunciou aporte de R\$ 30 bilhões para o programa. E disse que é preciso afirmar "lealdade ao mandato da presidente" e o compromisso com os pobres. Segundo Patrus, o processo de impeachment é um golpe contra a democracia e contra as políticas sociais. Para o petista, setores das "oligarquias" não se conformam com a justiça social promovida pelas gestões de seus correligionários nos últimos anos.

— Quero registrar minha indignação cívica com o momento político atual e seus impactos sobre todos nós e também sobre as gerações futuras. Cidadãs e cidadãos que sempre lutaram para afirmação dos direitos relativos à cidadania. Além da tentativa de quebra, através do golpe, da ordem institucional do mandato legitimamente exercido com toda a dedicação, competência e transparência, há também uma tentativa de golpe contra as políticas públicas sociais que nós implantamos no Brasil nos últimos anos — discursou o ministro, em uma longa fala para uma plateia lotada de integrantes dos movimentos do campo.

Ele citou o pacifista Mahatma Gandhi, pontuando que se calar neste momento é uma "covardia". Segundo Patrus, setores da elite que defendem o impeachment carregam a marca do conservadorismo. Ele lembrou das oligarquias brasileiras que, no passado, resistiram à concessão dos direitos aos escravos.

— Nesse momento, é preciso ter coragem de apontar a verdade. Setores das oligarquias e elites tradicionais do país bem conhecidas, as forças econômicas que trazem em seu DNA a marca do conservadorismo e da resistência às políticas públicas de inserção e justiça social estão tentando perpetrar um golpe contra a presidente, a constituição, o povo, o ideal de democracia e políticas públicas que promovem inclusão social e produtiva de milhões de famílias brasileiras que as retiraram do mapa da fome — disse.

Com relação a essas "forças golpistas", Patrus lembrou o educador Darcy Ribeiro, segundo quem "as elites brasileiras merecem nosso reconhecimento, nunca houve no mundo elites tão competentes que a preço tão pequeno para elas submetem um povo a uma dominação tão cruel por tanto tempo". Segundo o ministro mineiro, a disputa em torno do impeachment, palavra que não mencionou nenhuma vez, gira em torno do uso dos recursos públicos.

PUBLICIDADE

— É essa disputa hoje: se nós vamos avançar ou se esses setores que não veem nenhum sentimento de pátria continuarão dominando e subjugando nosso país. A questão que está posta é o uso dos recursos públicos. Está na hora de afirmarmos lealdade à presidente Dilma, nosso compromisso com os pobres do Brasil, aos que têm sede e fome de justiça, aos que querem a função social da terra. Não podemos deixar que eles vençam mais uma vez. Em torno da presidente Dilma, nós venceremos — vaticinou.

Antecipado em um mês, o Plano Safra da Agricultura Familiar foi lançado no Palácio do Planalto com o aporte de R\$ 30 bilhões para financiamentos de projetos individuais e coletivos. Os juros para os projetos são abaixo da inflação. As linhas de crédito para assentados da reforma agrária têm juros que variam de 0,5% a 1,5% e, nas demais operações, os juros são de até 5,5%. Os limites de crédito para operações de custeio são de R\$ 250 mil e, nas contratações de investimentos, os valores máximos são de R\$ 330 mil.

Mais cedo, Dilma participou da cerimônia de acendimento da tocha olímpica. A presidente disse que o Brasil vive um momento político crítico, mas que o povo brasileiro sabe defender a democracia. Ela não mencionou o impeachment e pregou a tolerância.

---

**Plano Safra 2016/2017 terá aumento de crédito para agricultura familiar. Lizely Borges. Site do MST, 04/05/2016.**

Plano também prevê apoio à comercialização, à mulheres e a juventude do campo.

A agricultura familiar terá crédito ampliado e mais barato para a produção e comercialização de alimentos. Este é o anúncio feito pelo governo federal na tarde desta terça-feira (03), em lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/2017, no Palácio do Planalto. A atividade teve a participação da presidenta Dilma Rousseff e do ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias e movimentos do campo. O novo Plano prevê um conjunto de medidas para fortalecimento da produção de base orgânica e agroecológica.

O crédito rural destinado à agricultura familiar foi ampliado para R\$ 30 bilhões para o novo biênio. Para o período de 2015/2016 foram disponibilizados R\$ 28,9 bilhões mas os recursos contratados, segundo o MDA, devem atingir até R\$ 22 bilhões até julho, mês que encerra o atual Plano. Na avaliação da presidenta a elevação progressiva do

crédito para a agricultura familiar é um sinalizador do esforço em garantir as condições de produção e comercialização para o pequeno e médio agricultor.

"Em 2002 foram disponibilizados R\$ 2,3 bilhões. Neste novo Plano serão R\$ 30 bilhões para financiamento e produção. Acredito que tivemos uma evolução. A existência de financiamento adequado, com juros subsidiado, nos tira da condição de importação porque significa transformar os agricultores familiares, que antes por carência de recursos eram menores e tinham menor produção, com o crescente investimento agora são capazes de viver da renda de seu trabalho de forma digna", afirma Dilma.

Por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) o crédito ficará mais barato. Para diminuir o custo e estimular a produção os juros do crédito rural foram reduzidos a 2,5% ao ano, valor inferior à inflação. A taxa anterior era de 5,5%.

O novo Plano também prevê apoio à comercialização pelas compras públicas de alimentos dos Programas Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e de Aquisição de Alimentos (PAA). A previsão é a de movimentar R\$ 2,7 bilhões para o PAA e R\$ 1,1 bilhão para o Pnae. "Com o incentivo à comercialização para a agricultura familiar geramos renda ao agricultor e garantimos acesso aos alimentos de qualidade pelas pessoas, famílias e comunidades que estão em situação de vulnerabilidade", comenta o ministro Ananias. A agricultura familiar responde hoje por 70% dos alimentos consumidos em todo país, segundo dados do MDA divulgados em 2015.

### **Apoio para juventude rural e mulheres campesinas**

Resultado da reivindicação feita à presidência durante a Marcha das Margaridas, o novo Plano prevê para as mulheres campesinas ações de emissão de documentos, contratação de iniciativas geradas por mulheres, assessoria técnica e formação.

Para a juventude, as ações a serem implementadas estão alinhadas ao Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural (2016-2019) a fim de garantir a permanência qualificada da juventude no campo. Serão ofertadas de novas vagas para Pronatec Campo, investimento de R\$ 4 milhões para apoio às escolas famílias agrícolas e destinação de 30% dos lotes de novos assentamentos da reforma agrária à esta população.



"Neste novo Plano Safra destacamos as ações para a juventude, às mulheres, o aumento do crédito e a redução dos juros. São ações importantes para estimular a produção de alimentos na agroecologia", aponta Alexandre Conceição, da direção nacional do MST.

### **Regulamentação da Lei 13001/2014 e novo Plano Nacional de Agroecologia**

No evento, o governo federal assinou o Decreto nº 8738 que regulamenta a Lei 13001/2014. O decreto define normas de seleção, assentamento, permanência e titulação das famílias pelo Programa Nacional de Reforma Agrária. O decreto estabelece como público da reforma agrária, entre outros, famílias acampadas e assentadas.

"Hoje assinamos um decreto histórico que reconhece os acampados como sujeitos de direitos, aperfeiçoando o processo de titulação de terras para famílias assentadas. Este povo não pode ser visto como um número a espera de terra, mas sim pessoas dignas que são", destaca o ministro Ananias.

Também foi lançado o 2º Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (2016-2019). Nesta safra, as ações do Plano que serão implementadas são a destinação de R\$290 milhões para apoio às redes de agroecologia, formação de agentes em sistema de produção agroecológica e melhora do Crédito Pronaf.

### **Atuação da Anater**

O governo federal também anunciou ontem o início dos trabalhos da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater). Instituída pelo Decreto nº 8252/2014, a Anater tem 18 metas a serem executadas até o final de 2016, incluindo o atendimento à 10 mil famílias com serviço de extensão rural. Para saber mais sobre o Plano Safra 2016/2017 clique [aqui](#).

### **Paralisação nacional**

Em razão do golpe parlamentar em curso e a ameaça aos direitos sociais, os movimentos sociais e centrais sindicais mobilizam o país para uma paralisação nacional no dia 10 de maio.

"Temos que aproveitar o novo Plano Safra e convocar os camponeses para mobilizar o povo para o dia 10 pelo país. Onde tiver um acampamento, um assentamento, temos que ir para as rodovias, para a cidade, para dizer aos golpistas e ao agronegócio que não passará um golpe na agricultura familiar", destaca Alexandre Conceição, do MST.

**Governo mantém juros no plano da agricultura familiar. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 04/05/2016.**

Se por um lado o governo deverá anunciar hoje um aumento das taxas de juros para as operações de custeio e investimento para a agricultura empresarial no Plano Safra 2016/17, que começará oficialmente em 1º de julho, por outro conseguiu no mínimo manter os juros para as linhas voltadas à agricultura familiar na próxima temporada. Em alguns casos, haverá até redução.

Ontem, a presidente Dilma Rousseff e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, anunciaram que o plano da agricultura familiar contará com R\$ 30 bilhões em crédito a juros subsidiados no ciclo 2016/17, ante os R\$ 28,9 bilhões ofertados em 2015/16. As taxas das linhas que compõem o plano foram mantidas entre 0,5% e 5,5% ao ano para os pequenos agricultores, que contarão novamente com R\$ 26 bilhões como na temporada atual. Já para agricultores familiares de porte médio, que contarão com os R\$ 4 bilhões restantes no âmbito do Pronamp, a taxa subiu de 7,75% para 8,5% ao ano, de acordo com uma fonte.

Como adiantou o **Valor**, uma das novidades deste novo plano é a redução de 5,5% para 2,5% da taxa de juros praticada em linhas voltadas a agricultores familiares que produzem alimentos básicos. Fazem parte da lista arroz, feijão, mandioca, trigo, amendoim, alho, tomate, cebola, batata-inglesa, abacaxi, banana, açaí, cacau, laranja e hortaliças, entre outras culturas. Também será de 2,5% ao ano a taxa para custeio de alimentos "com base em sistemas de produção de base agroecológica" e para o custeio de apicultura, bovinocultura de leite, piscicultura, ovinocultura e caprinocultura.

Os limites de financiamento por produtor familiar também foram ampliados: em operações de custeio, de R\$ 100 mil, na safra 2015/16, para R\$ 250 mil em 2016/17, e em operações de investimentos, de R\$ 150 mil para R\$ 330 mil. A linha Mais Alimentos, voltada para a compra de maquinário e equipamentos agrícolas a juros baixos, também permanecerá com taxas entre 2,5% ao ano (para financiamentos até R\$ 166 mil por agricultor) e 5,5% ao ano (até R\$ 330 mil).

No caso da agricultura empresarial, em contrapartida, o **Valor** apurou que as taxas de juros praticadas em operações de crédito de custeio deverão subir 0,75 ponto percentual, para 9,5% ao ano, enquanto as taxas para investimento em geral deverão crescer 1 ponto percentual, para um patamar entre 8% e 11% ao ano. Apesar desse custo mais alto, o Ministério da Agricultura deve anunciar hoje um volume de recursos em torno de R\$ 200 bilhões.

---

### **Governo Federal lança Plano Safra 2016/2017. FETRAF. 04/05/2016.**

Agricultores familiares vão contar com crédito recorde de R\$ 30 bilhões

O governo federal por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, lançou na tarde de ontem (3), o Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/2017. O novo plano prevê o crédito de R\$ 30 bilhões.

A presidenta Dilma Rousseff, participou da cerimônia e destacou a evolução do Plano Safra desde o governo Lula. “Nós tivemos uma imensa evolução. Se lá no início, quando nós começamos, eram R\$ 2,5 bilhões, hoje são 30 bilhões”, disse Dilma Rousseff ao destacar que os recursos disponibilizados pelo Plano Safra mudaram a realidade de quem vive no campo.

Ela afirmou ainda que os agricultores familiares saíram da pobreza e hoje conseguem viver do que plantam. “É isso que nós queremos: agricultores familiares que conseguem viver da renda do seu trabalho e de forma digna”, frisou.

Ao fazer um balanço da construção do Plano Safra, a representante da FETRAF/BRASIL, Elisângela Araújo, enumerou os avanços obtidos durante a existência do programa.

“Nós nos orgulhamos de fazer parte dessas conquistas. Sobretudo reconhecendo também que esses avanços foram conquistados a mais de dez anos e que faz parte de um conjunto de políticas públicas do governo para o segmento da agricultura familiar”.

Na oportunidade, Elisângela fez também uma análise do momento conjuntural do país e reafirmou o apoio dos movimentos sociais à presidenta contra o golpe. “O sentimento de indignação é muito mais forte em nós mulheres porque sabemos que isso vem de

uma sociedade machista. E sabemos também o quanto é difícil para nós mulheres enfrentarmos a política, pois buscamos igualdade de oportunidade e respeito. Os movimentos sociais não vão dar trégua. Nós não vamos permitir o retrocesso das conquistas seremos capazes de continuar lutando pelo Brasil, porque as nossas forças estão cada vez mais aguerridas”, afirmou.

### Plano Safra

O valor de R\$ 30 bilhões, anunciado pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, será disponibilizado por linhas de financiamento para cultivo, produção e investimento com taxa de juros abaixo da inflação.

“Este é um plano que, diante do cenário econômico e político, atesta o compromisso, sob liderança da presidenta Dilma, com a agricultura familiar, a produção alimentos saudáveis e construção de um modelo de desenvolvimento sustentável para o país”, afirmou o ministro.

Neste ano a taxa de juros caiu de 5,5% para 2,5% ao ano, para alimentos que compõem a base da alimentação do povo brasileiro – arroz, feijão, mandioca, tomate, alho, cebola e hortaliças, bem como para financiamentos de produção orgânica e agroecológica e investimentos em práticas sustentáveis de manejo do solo, da água e de produção de energia renovável.

### Decretos

Na a cerimônia, a presidenta assinou três decretos. Um prevê a reformulação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (*Condraf*). O segundo cria o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, que vai articular políticas e ações para garantia dos direitos da juventude do campo, das florestas e das águas. O terceiro decreto regulamenta a Lei 13.001/14, que consolida as normas de seleção, assentamentos, permanência e titulação das famílias no Programa Nacional de Reforma Agrária.

### Portaria

Ainda durante o evento, o ministro assinou uma portaria que institui o 2º Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), e documentos que permitem a compra de produtos da agricultura familiar pela Companhia Nacional de

Abastecimento (Conab). A compra será feita por meio do PAA e Pnae e tem o objetivo de renovar o estoque da Companhia.

---

**Adesão ao CAR é necessária, mas ainda não restringe acesso ao crédito rural. Inez De Podestà - MAPA. 05/05/2016.**

Kátia Abreu diz que ampliação do prazo beneficia pequenos agricultores

Os médios e grandes produtores rurais não sofrerão restrições ao crédito rural este ano por não aderirem ao Cadastro Ambiental Rural (CAR). Entretanto, ficarão sujeitos a penalidades previstas na legislação – entre elas, acesso ao financiamento agrícola, conforme o Código Florestal Brasileiro –, depois de maio de 2017.

De acordo com a ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento), a adesão ao CAR, especialmente dos médios e grandes produtores, chegou a 60%. Ela citou como exemplo os estados de São Paulo e de Mato Grosso. “Se nós fôssemos analisar em termos de terra, este percentual chegaria a 80% da área.”

Katia Abreu ressaltou a importância da inscrição ao Cadastro. “Esse instrumento vem ao nosso favor. Ele mostra ao mundo o que, de fato, nós falamos e estamos fazendo. É a prova de que o Brasil produz a maior agricultura tropical do planeta de forma sustentável.”

O CAR não encerrou as adesões nem deixou de ser obrigatório para os médios e grandes proprietários. Os produtores que não se cadastrarem no prazo previsto no Código Florestal, que completa quatro anos nesta quinta-feira (5), perdem benefícios do Programa de Regularização Ambiental (PRA), aplicável nos casos da existência de passivos ambientais. Eles também ficam sujeitos a restrições do crédito agrícola após 2017.

Pequenos e agricultores familiares

O prazo para os pequenos produtores rurais e agricultores familiares para aderirem ao CAR foi prorrogado para o dia 5 de maio de 2017. A ampliação do período atende à reivindicação dos movimentos sociais, assegurando a mais de 1 milhão de proprietários e posseiros os benefícios previstos no Código Florestal.

O Ministério do Meio Ambiente identificou que os pequenos produtores são os que têm mais dificuldades em fazer o cadastramento. “Ele não é complicado, não é difícil, mas requer um gasto e uma dificuldade de interlocução, que afeta esses pequenos produtores por causa das distâncias onde eles se encontram. Então, nada mais justo que aumentar esse prazo”.

Atualmente, 86% dos produtores brasileiros são pequenos produtores, com até quatro módulos fiscais, ou seja, propriedade de até 110 hectares.

Sistema em manutenção

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB), que administra o Sistema de Cadastramento Ambiental Rural, alerta que o programa de adesão ([www.car.gov.br](http://www.car.gov.br)) na internet continuará a receber os cadastrados. No entanto, o SFB esclarece que, a partir da meia-noite desta sexta (6/5), o Sistema de Cadastramento Ambiental Rural estará em manutenção, com cadastramento temporariamente suspenso.

---

**Agricultura familiar contará com mais de R\$ 880 milhões até 2019. CONAB. 05/05/2016.**

Os agricultores familiares poderão contar com R\$ 881,26 milhões do governo federal, até 2019, para apoio à comercialização de sua produção por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) executado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Os recursos foram assegurados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) através de Termo de Execução Descentralizada (TED) publicado esta semana no Diário Oficial da União e se destinam às modalidades Compra com Doação Simultânea (CDS) e Aquisição de Sementes do PAA.

A CDS tem como finalidade o apoio aos agricultores familiares, por meio de cooperativas e associações, a partir da compra de sua produção. O limite é de R\$ 8 mil por ano por unidade familiar, e de R\$ 800 mil por organização fornecedora, respeitados os limites por unidade familiar. Os alimentos adquiridos são destinados ao abastecimento da rede sócio-assistencial e também de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional, como restaurantes populares e cozinhas

comunitárias.

Já na modalidade de Aquisição de Sementes, organizações de agricultores familiares vendem o produto ao governo federal. As sementes adquiridas são doadas a famílias que tenham Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP Física), e estejam descritas no Plano de Distribuição, com prioridade para mulheres, assentados, povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais. O limite por agricultor é de R\$ 16 mil por ano e cada associação ou cooperativa tem um limite anual de R\$ 6 milhões.

Na semana passada, o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) assegurou outros R\$ 46,84 milhões para novos projetos na modalidade de Apoio à Formação de Estoques da agricultura familiar. O aporte será utilizado pelo período 2016/2019.

A Conab já começou a receber novas propostas para participação no PAA em todas as modalidades do programa. Cooperativas e associações de agricultores familiares interessados em participar devem apresentar seus projetos por meio do sistema PAAnet, disponível para download no site da Companhia.

---

### **Crédito Fundiário já representa 5,77% da renda agropecuária de SC. FETRAF. 06/05/2016.**

Resultados foram divulgados durante a 4ª Reunião Extraordinária do Comitê do Fundo de Terras e do Reordenamento Agrário

O Impacto do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) em Santa Catarina - com a marca de 5,77% da renda agropecuária do estado e o aumento de 285% na renda dos beneficiários – foi um dos destaques da 4ª Reunião Extraordinária do Comitê do Fundo de Terras e do Reordenamento Agrário, ocorrida nesta quinta-feira (5), em Brasília. O Estudo, feito pela Secretaria de Estado da Agricultura e Pesca, destaca a importante contribuição do Programa do MDA na consolidação da agricultura familiar catarinense.

A aprovação do Plano Anual Rural (PAAR) para 2016, também mereceu destaque na reunião. Os recursos aprovados pelo Comitê vão possibilitar o acesso à terra, por meio do PNCF, à mais de 3 mil famílias de agricultores familiares, em todo o Brasil.

“Os resultados apresentados em Santa Catarina, reafirmam o que estudos anteriores já demonstravam: que o PNCF é uma alternativa real de acesso à terra e consolidação da agricultura familiar, com inclusão produtiva, social e econômica”, afirmou o secretário de Reordenamento Agrário do MDA, Adhemar Almeida.

Na pauta, ainda estiveram presentes temas relevantes para a agricultura familiar e o reordenamento agrário, entre eles a proposta para a retomada das proposições de aprimoramento do Crédito Fundiário, previstas na Lei Complementar 145, que atualiza o valor do teto de financiamento para até R\$ 200 mil e regulamenta o prazo de pagamento para até 35 anos. Além da proposta do Plano Nacional de Regularização Fundiária, que tem por objetivo a universalização da regularização de terras devolutas estaduais, em 13 estados, até 2022.

### **Programação**

Após a abertura, foram apresentadas, aos membros do Comitê e convidados, experiências e ações exitosas relativas ao PNCF, entre elas os resultados da parceria desenvolvidas com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf / Brasil), que atuou na mobilização, capacitação dos agricultores e no acompanhamento das propostas de Crédito Fundiário, no âmbito da Câmara Técnica.

Para o coordenador de Gestão e Finanças da Fetraf Brasil, Lázaro de Sousa Beto, o convênio permitiu a Federação realizar um amplo debate sobre o Crédito Fundiário junto a agricultores familiares em todo o país. “Tivemos mais condições de melhorar a estrutura e qualificar a discussão política sobre o programa, fazendo com que mais agricultores que necessitam da terra, entendam o programa e venham acessá-lo”, completou o coordenador.

### **O Comitê**

O Comitê Permanente do Fundo de Terras e Reordenamento Agrário foi criado pela resolução Nº 34, de dezembro de 2003, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Confrac). É formado por representantes dos ministérios do



Desenvolvimento Agrário, Fazenda e Planejamento; Incra; dos governos estaduais; dos movimentos sociais de trabalhadores e trabalhadoras rurais e da agricultura familiar; e de entidades outras organizações sociais.

Dentre suas atribuições destaca-se a formulação e análise de propostas de políticas públicas nacionais de reordenamento agrário, em especial que promovam o acesso à terra e as ações de regularização fundiária.

---

**Bônus da agricultura familiar para o mês de maio já está disponível. CONAB. 10/05/2016.**

A lista de produtos da agricultura familiar com direito a bônus no mês de maio foi divulgada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A ação ocorre no âmbito do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF).

A Portaria Nº25, publicada no Diário Oficial desta terça-feira (10) pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), aponta quais os produtos que ficaram abaixo do preço mínimo no mês de abril e o valor do bônus calculado pela Conab. Os produtos que têm direito ao benefício são: babaçu e cacau (amêndoas), borracha natural cultivada, cana-de-açúcar, castanha de caju, tomate, trigo e triticale.

O bônus é concedido aos agricultores familiares em forma de desconto nas operações e parcelas de crédito rural que serão pagas ou amortizadas no período de 10 de maio a 9 de junho de 2016. A operação deve ser feita por meio de agentes financeiros e operadores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O benefício é válido apenas para os estados nos quais o preço ficou abaixo do mínimo, entre eles o Amazonas, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins. Os preços de mercado e o valor do bônus de desconto previstos na portaria utilizam como referência o mês de abril de 2016.

---

**Publicadas novas regras para o Pepro. MAPA. 17/05/2016.**

Para acessá-la, produtor deve consultar o Manual de Operações da Conab

Com o objetivo de atualizar procedimentos e agregar maior controle às operações, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) – vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) – atualizou as normas do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural. As regras já estão disponíveis no Manual de Operações da empresa.

O Pepro é um apoio oferecido pelo governo federal, por meio de leilões, quando o preço de mercado de determinado produto está abaixo do mínimo. Para ter direito ao prêmio, o produtor ou sua cooperativa deve comprovar a destinação do produto para a região definida em edital.

A operação promove a elevação do preço de mercado nos estados em que o produto está excedente e, ao mesmo tempo, abastece regiões que sofrem com sua escassez.

Para facilitar a gestão e melhorar o controle do programa pela Conab, a partir de agora o interessado em participar do prêmio deve estar inscrito no Sistema de Cadastro Nacional de Produtores, Público do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Cooperativas, Associações e demais Agentes (Sican).

O Sican é integrado a outros sistemas da Conab e externos, como SIRCOI (Sistema de Registro e Controle de Inadimplentes), SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores) e CADIN (Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal).

As novas regras, publicadas nessa segunda-feira (16) no Diário Oficial da União, também reforçam o papel da Superintendência de Fiscalização (Sufis) na vistoria da propriedade do arrematante ou do comprador. A Conab poderá, no entanto, pedir apoio a diversos órgãos federais, tais como Receita Federal, Ministério do Meio Ambiente, Banco Central e INSS.

---

**Publicada nova norma de operações da Conab para o Pepro. CONAB. 17/05/2016.**

Com o objetivo de atualizar procedimentos e agregar maior controle às operações, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) atualizou as normas do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural. As regras foram publicadas nesta segunda-feira (16) no Diário Oficial da União e já estão disponíveis no Manual de Operações da Companhia.

O Pepro é um apoio oferecido pelo governo federal, por meio de leilões, quando o preço de mercado de determinado produto está abaixo do mínimo. Para ter direito ao prêmio, o produtor ou sua cooperativa deve comprovar a destinação do produto para a região definida em edital. A operação promove a elevação do preço de mercado nos estados em que o produto está excedente e, ao mesmo tempo, abastece regiões que sofrem com sua escassez.

Para facilitar a gestão e melhorar o controle do programa pela Companhia, a partir de agora o interessado em participar do prêmio deve estar inscrito no Sistema de Cadastro Nacional de Produtores, Público do PAA, Cooperativas, Associações e demais Agentes (Sican). O Sican é integrado a outros sistemas da Conab e externos, como SIRCOI (Sistema de Registro e Controle de Inadimplentes), SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores) e CADIN (Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal).

---

**Plano Safra da Agricultura Familiar é anunciado com R\$ 30 bilhões e movimentos defendem a democracia. Eduardo Sá. Carta Maior, 19/05/2016.**

**Segundo a presidenta, a agricultura familiar é muito importante tanto para os que vivem dela quanto para os consumidores e para a economia.**

A presidenta Dilma Rousseff lançou na tarde de ontem (03/05), no Palácio do Planalto, em Brasília, o Plano Safra da Agricultura Familiar 2016-2017, com um orçamento de R\$ 30 bilhões. Com a presença de mais de dez ministros, também foram anunciados o I Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, a regulamentação da Lei 13.001/14 que consolida normas de seleção para permanência e titulação das famílias no Programa de Reforma Agrária, o II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) e um decreto de reformulação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), dentre outras iniciativas.

Segundo a presidenta, a agricultura familiar é muito importante tanto para os que vivem dela quanto para os consumidores, e é uma atividade econômica importante para o Produto Interno Bruto (PIB) do país. Tem condições de gerar emprego, renda e é estratégica para o Brasil, acrescentou. “Desde o início do governo Lula tivemos uma imensa evolução. A primeira parte diz respeito ao financiamento: se no início eram R\$ 2,5 bilhões, hoje são R\$ 30 bilhões. Hoje temos financiamento adequado, com juros subsidiados, o que muitas vezes irrita bastante aos que acreditam que a agricultura familiar poderia ser deixada às livres forças do mercado. Agora os agricultores são capazes de viver da renda do seu trabalho de forma digna”, disse.

A presidenta fez questão de destacar a importância do diálogo qualificado entre o governo e os movimentos sociais. Ressaltou também que as políticas de compras governamentais, tais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) são fundamentais para sustentar o crescimento dos mercados para os agricultores familiares.

“Estamos muito felizes com esse Plano nessas bases, mas temos sempre de avançar. Qualquer conquista é só o começo, e tivemos algumas: a assistência técnica vai fazer diferença para a agricultura familiar brasileira, definimos e asseguramos recursos para que 600 mil famílias continuem recebendo Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) com foco na agroecologia e parte dela direcionada às mulheres. Tivemos a consciência de construir a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) e o PAA junto ao PNAE, e essa decisão de que 30% de todas as compras da união sejam da agricultura familiar constrói uma demanda muito forte. Esse processo está em curso e afirmamos que, além de existir no presente, tem futuro”, defendeu a presidenta.

Em relação à conjuntura política, Dilma afirmou que a democracia brasileira sofre um assalto e está sendo vítima de uma fraude de um grupo que quer chegar ao poder através do caminho fácil, que não passa pela constituição que prevê o voto direto e secreto do povo brasileiro. Reafirmando que não renunciará, ela disse que não vai colocar a injustiça para debaixo do tapete, pois seria extremamente confortável aos golpistas a sua invisibilidade.

“Se eu for comparar todos os presidentes que me antecederam, a situação é

extremamente estranha. Quem fez mais decretos foi o FHC com 101. Falaram que eu não estava cumprindo a meta fiscal. Esses decretos não são de autoria minha. É claro que as razões do impeachment são outras. Não tinham o que acusar, e estão construindo acusações. Mesmo com pautas bombas, de quanto pior melhor, conseguimos garantir o Minha Casa Minha Vida, o Plano Safra e não estamos deixando o país parar. O pior é que as propostas que eles apresentam para a sociedade são todas contrárias à eleição e à chapa que ganhou. Está em curso um golpe contra os mais de 54 milhões de votos, até mais, porque o restante respeitou o resultado”, criticou.

De acordo com o Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Patrus Ananias, apesar do cenário econômico e político do país o novo plano atesta o elevado compromisso do governo com a agricultura familiar e a produção de alimentos saudáveis para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável para o Brasil. É um legado ousado, acrescentou Ananias, construído a partir do início de 2003 com o governo Lula, quando o MDA contava com apenas uma política pública: o crédito Pronaf, que tinha menos de 10% dos recursos atuais.

“O Plano Safra da Agricultura Familiar 2016-2017 mantém o compromisso de continuar avançando, não só mantendo o que já foi conquistado, como dando novos e importantes passos em direção a um projeto de desenvolvimento rural sustentável, com base na agricultura familiar e na reforma agrária como principais fornecedores dos alimentos que promovem a segurança alimentar dos brasileiros”, disse.

Segundo ele, através do diálogo com os governos estaduais e municipais, o parlamento e a sociedade civil e movimentos sociais foi feita uma verdadeira revolução. A reconstrução da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, a criação de políticas de compras públicas, como PNAE e PAA, o aumento em doze vezes no crédito a um perfil mais diversificado de beneficiários, bem como o avanço da política territorial e da governança fundiária, foram alguns exemplos nesse sentido. A intenção do governo é que os alimentos do povo brasileiro sejam mais baratos, com mais qualidade e sustentáveis, acrescentou o ministro.

“Serão destinados R\$ 30 bilhões para o crédito do Pronaf para financiamento da

produção de alimentos saudáveis com redução de juros de 5,5% para 2,5% ao ano nas operações voltadas à produção de alimentos. O limite de crédito por ano agrícola passa de R\$ 250 mil no custeio, e chega a R\$ 330 mil em investimentos. Aumenta o apoio às cooperativas, e o seguro da agricultura familiar terá a cobertura de 80% da renda bruta esperada. Consolidamos a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) com 18 metas para 20016, com R\$ 31 milhões de recursos para realizar contratos e serviços: um marco histórico da agricultura familiar. O MDA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) continuarão com 600 mil famílias atendidas com base agroecológica, além de 11.800 na convivência com o semiárido”, exemplificou o ministro.

Movimentos em defesa da democracia

Durante a cerimônia foi divulgado o “Manifesto em Defesa da Agricultura Familiar e da Agroecologia”, assinado por 67 movimentos sociais e redes da sociedade civil, incluindo a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). No documento, as organizações ressaltam que “não serão admitidas quaisquer tentativas de desmonte das estruturas que sustentam a efetivação de referidas políticas públicas, nem mesmo propostas que atentem contra a existência da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e contra os processos de demarcação dos territórios indígenas, ameaçados pela PEC 215, e de regularização dos territórios das comunidades tradicionais.” E destacam “a necessidade de manutenção do MDA e das políticas por ele executadas, bem como do seu modelo de participação social através do CONDRAF, sem que se altere o seu conteúdo original que fez do Brasil um modelo defendido inclusive pela FAO. Os milhões de beneficiários destas políticas não permitirão que as mesmas sejam eliminadas ou deturpadas sem uma forte reação de caráter nacional.”

Segundo Anderson Amaro, da Via Campesina e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), os movimentos têm construído uma frente ampla de luta e unidade popular em defesa da democracia. É necessário, segundo ele, construir uma governabilidade com o povo e se apoiar nos trabalhadores com a participação popular

por mais direitos e alargando a nossa jovem democracia.

“Esse equilíbrio pode ser buscado através do Programa Nacional de Redução dos Agrotóxicos (Pronara), do limite das propriedades, com a implementação do Programa Camponês, que significará a inclusão de 2 milhões de famílias que estão fora do Brasil Sem Miséria e do Pronaf, e da retomada do PAA, além do fortalecimento do PNAE e da ATER. Também com o fortalecimento da moradia camponesa dentro do Minha Casa Minha Vida 3. Queremos fortalecer a relação com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e não queremos a extinção do MDA, como prega a bancada ruralista. Esse equilíbrio é muito importante para que não morram mais pessoas, como em Eldorado e recentemente no Paraná, assassinados por aqueles que detêm o poder e o latifúndio”, afirmou.

Amaro defendeu ainda a demarcação de terras indígenas, quilombolas e pesqueiras que, na sua visão, são seus verdadeiros donos e parte da base cultural e material para um projeto de Brasil. “Foi através do nosso suor que esse país cresceu. Impeachment sem prova é golpe, e não aceitamos. A Via Campesina esteve e ficará ao lado certo da história pela democracia. Lutaremos com ousadia, sem trégua contra os golpistas e em defesa da reforma agrária popular”, concluiu.

Ao fazer um balanço dos mais de dez anos de construção do Plano Safra, Elisângela dos Santos Araújo, representante da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf), destacou o reconhecimento de um segmento tão importante para produção de alimentos e a riqueza do país. Muitas ações políticas valorizaram e deram visibilidade ao setor, e os movimentos de mulheres estão indignados com o golpismo das elites e políticos que não têm responsabilidade com o país, complementou.

“A indignação é muito maior para nós mulheres, porque o que acontece com a presidente em sua honestidade é fruto de uma sociedade patriarcal, machista e conservadora. Sabemos o quanto é difícil ter uma mulher liderança, e nossa luta por igualdade dos direitos das mulheres vai aumentar porque o movimento social popular não vai dar trégua nem permitir o retrocesso no Brasil. Lutamos por outra perspectiva,

se avançamos tirando milhões de pessoas da pobreza, vamos continuar lutando pela igualdade social. Pelo Brasil que respeita as mulheres e pensa na juventude e que acredita na agricultura familiar como um segmento que produz alimento saudável e contribui para o desenvolvimento econômico e social do país. Não dá para aceitar o golpismo da mídia brasileira e dessas elites que nunca tiveram compromisso com o desenvolvimento”, criticou.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Alberto Broch, disse que o lançamento ocorre durante uma enorme crise política que desenha um processo muito sério de interrupção da democracia. Após muito suor, sangue e luta do povo brasileiro, segundo ele, é em cima dos trabalhadores, acampados, assentados, dentre outros setores da agricultura familiar, que caem as forças conservadoras, mas haverá resistência.

“Este ato de lançamento é importantíssimo para o país e a agricultura familiar, por isso devemos destacar os avanços e inovações: apoio ao cooperativismo, linhas de crédito para produção de alimentos, juros baixos nos investimentos etc. São avanços importantes para agricultura familiar brasileira, como a medida de apoio à juventude rural que é quem vai produzir alimentos nos próximos 20 anos, incentivando sua livre permanência no campo. Apelo ao Banco do Brasil, aos governos estaduais, municipais, dentre outros, que se empenhem para divulgar e qualificar esses créditos para continuar a produzir alimentos tão importantes para o nosso país. Não vamos aceitar a eliminação das políticas, o fim da Conab e do MDA. Vamos lutar pela democracia e melhoria das políticas públicas e não aceitaremos retrocessos”, concluiu.

---

**Beneficiários do Vendas em Balcão serão vistoriados por fiscais da Conab. CONAB. 20/05/2016.**

Beneficiários do Programa de Vendas em Balcão receberão, até o final de maio, visita de técnicos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Os fiscais irão vistoriar, ao todo, 91 criadores de pequeno porte dos estados do Ceará, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte.



Durante as visitas, os fiscais irão conferir a veracidade das informações cadastrais do beneficiário, como tamanho do plantel. Neste item, a variação pode ser de até 10% para suínos, caprinos, bovinos e bubalinos e de até 15% para aves e codornas. Os técnicos da Companhia também irão conferir a utilização do milho comprado por meio do Programa, destinado à alimentação de animais.

A partir das vistorias, as informações de cadastro podem ser atualizadas pela Conab. Caso os fiscais verifiquem alguma irregularidade grave, é aberto um processo para averiguação e, confirmada a fraude, o beneficiário pode ser suspenso do Programa. Até o fim do ano, todos os estados brasileiros que operam o Vendas em Balcão serão fiscalizados em duas ocasiões.

Novas regras - Em abril, os procedimentos para o Programa Vendas em Balcão (PVB) foram atualizados. As novas regras. Disponíveis no site da Companhia, facilitam o acesso de criadores e agroindústrias de pequeno porte ao programa. Por outro lado, tornam o controle mais efetivo e trazem mais transparência ao PVB. Uma modificação importante introduzida é a necessidade de que os clientes se registrem no Sistema de Cadastro Nacional de Produtores Rurais, Público do PAA, Cooperativas, Associações e demais Agentes (SICAN). Outra mudança é no período de revalidação dos cadastros, que antes era de dois anos e passa a ser anual.

O Programa de Vendas em Balcão tem como objetivo permitir que os criadores e as agroindústrias de pequeno porte tenham acesso aos estoques oficiais do governo em igualdade de condições com os médios e grandes criadores, por meio de vendas diretas a preços compatíveis com os dos mercados atacadistas locais.

---

### **Agricultura familiar em Itaboraí cresce 600% em três anos. O Globo, Rio. 21/05/2016**

Já passava das dez horas da manhã da última quarta-feira quando o agricultor João Batista Zeferino, de 62 anos, abriu o portão de seu sítio, no bairro Pachecos, em Itaboraí, para receber a equipe do EXTRA. Espontâneo, ele cresceu um sorriso no rosto e disse: “Vocês chegaram junto com a chuva! Isso pra mim é ouro, e minha plantação agradece”. Seu João faz parte de

um grupo crescente de trabalhadores da cidade que, há pelo menos três anos, vêm ajudando a alavancar a agricultura familiar do município, que cresceu nesse período quase 600%.

De acordo com dados divulgados pela Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Pesca de Itaboraí, o número de produtores rurais da região tem crescido principalmente por causa do convênio firmado entre a prefeitura e os agricultores familiares para o fornecimento de frutas, legumes e verduras para a merenda escolar da rede de ensino municipal. Os alimentos desses produtores representam cerca de 40% do que é comprado para abastecer as escolas.

Atualmente, são 69 famílias de produtores cadastradas no programa agrícola municipal. Entre eles está Seu João. A expectativa é de que esse número aumente para 80 até o meio do ano, já que alguns cadastros aguardam aprovação. E pensar que em 2013 eram apenas dez inscrições no programa...

— Nasci em Mimoso do Sul, no Espírito Santo, mas moro em Itaboraí desde os 10 anos. Meus pais eram agricultores, e eu cresci trabalhando com eles. Quando fiquei um pouco mais velho, tive que mudar de área. Trabalhei em estaleiro, como carpinteiro e até como cozinheiro. Mas, há alguns anos, resolvi retomar meu antigo ofício. O problema é que eu dependia exclusivamente de atravessadores (pessoas que compram os alimentos para revender em mercados), e isso me dava um grande prejuízo — conta Seu João.

Antes do programa, o agricultor de Itaboraí vendia o quilo do aipim a R\$ 0,50. Desde 2014, quando passou a fornecer para as escolas municipais da cidade onde mora, João comercializa o produto por R\$ 1,77.

Como se inscrever

Os irmãos e agricultores Maurino, de 59 anos, e José Carlos Braga Chavão, de 61 anos, inscreveram-se na semana passada no programa de agricultura familiar da Secretaria municipal de Agricultura para fornecer merenda escolar na cidade.

— Temos um prejuízo grande vendendo nossos produtos para atravessadores. É uma verdadeira exploração. Cobram valores bem abaixo do mercado. Agora, estamos animados em conseguir essa fonte de renda mais segura — afirma Maurino Chavão.

Coordenadora do projeto da Prefeitura de Itaboraí, Franciellen Ribeiro destaca que, somente no último ano, foi pago mais de R\$ 1 milhão para os agricultores que fornecem seus alimentos para a rede municipal de ensino.

Os interessados em aderir ao programam devem comparecer de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, ao escritório da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro (Emater), na Avenida Vinte e Dois de Maio 7.557, em Venda das Pedras. É preciso levar o documento da propriedade, a identidade e o CPF.

---

**Programa de Vendas em Balcão tem mais 160 mil t de milho liberadas. CONAB. 25/05/2016.**

Criadores e agroindústrias de pequeno porte que utilizam milho para ração animal terão acesso a mais 160 mil toneladas do grão por meio Programa de Vendas em Balcão, executado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A resolução que autoriza a venda direta dos estoques públicos foi publicada no Diário Oficial da União nesta quarta-feira (25), pelo Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos (Ciep).

A medida permite o abastecimento das unidades de venda da Conab em todo o país, nos estados que operam o programa, em especial nas regiões Sul e Nordeste. Em 2014, o Ciep havia autorizado a venda de cerca de 185 mil toneladas em âmbito nacional e, em 2015, de até 100 mil toneladas especificamente para a região da Sudene.

A resolução do Ciep também autoriza a venda em leilão de até 15,6 mil toneladas de farinha de mandioca e até 6,2 mil toneladas de fécula de mandioca. Esses produtos foram comprados no ano passado pelo governo, por meio de Aquisição do Governo Federal (AGF), para regular os preços de mercado.

---

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira, Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrgio, Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

**Assistentes de Pesquisa**  
José Renato S. Porto

**Secretária**  
Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**

**cpda** **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

